

Pauta: Reunião para definir financiamento e construção das US Leopoldina e Coinma

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h15min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Bom dia a todos. Pauta solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, reunião para definir financiamento e construção da US Leopoldina e Coinma. Estão presentes os vereadores Aldacir Oliboni, Tanise Sabino e Lourdes Sprenger. Agradeço a presença de todos. Convido para compor a Mesa a Dra. Isadora Grumbt Najjar, procuradora da Procuradoria-Geral do Município (PGM); Sr. Cesar Sulzbach, secretário municipal de saúde; Dr. Marcelo Fernandes, da Secretaria Municipal da Fazenda; Dra. Márcia Bento, do Ministério Público do Rio Grande do Sul; a Sra. Gerusa Bittencourt, do Grupo Hospitalar Conceição. Quem quiser fazer uso da palavra, pessoal, procurem o Luiz que fará as inscrições, serão até dez inscrições.

Esta pauta está relacionada a dois postos em grandes e populosos bairros da Zona Norte, a reunião de hoje é encaminhamento da última que foi realizada em 23 de junho, acho que hoje nós temos notícias boas. Foi entregue somente o pacote completo da Oeste Jardim Leopoldina e a entrega do Coinma foi reagendada e sem o projeto a gente não entrega, sem projeto não tem construção, então, hoje teremos mais esta rodada de debate sobre o assunto. Aqui, um breve histórico: em 2016, o GHC fez a entrega das plantas e no entanto o governo municipal não executou, por isso foi necessária a atualização da planta e dos orçamentos. Em função da passagem do tempo, houve reajuste inflacionário no projeto, na US Jardim Leopoldina inicialmente a obra tinha um valor de 4 milhões e agora é de 12 milhões. O valor espantou a diretoria da Atenção Primária. O Ver. Aldacir Oliboni, proponente, está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nobre presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Ver. José Freitas; Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino aqui presentes e a Ver.^a Mônica Leal e Ver.^a Cláudia Araújo, membros desta comissão. Quero saudar a Mesa, a Gerusa que está aqui

pela gerência de saúde comunitária do GHC; a Dra. Márcia, do Ministério Público; a Isadora, procuradora do Município; Dr. César, nobre secretário-adjunto; o Dr. Marcelo, bem-vindo. Saúdo também as lideranças dos conselhos locais de saúde, eu vejo aqui a Inês, deve ter outro da outra região, nobre companheiro Laor, a Vanda, a Karen, enfim, quero saudar todos e todas porque este assunto envolveu muitas pessoas, muitas famílias, várias regiões da cidade, mais especificamente a questão da Unidade de Saúde Coinma e Unidade de Saúde Jardim Leopoldina. Como disse o presidente, em 2016, houve um acordo em função de uma dívida do Município com o GHC e essa dívida, neste acordo com o Ministério Público – a Dra. Márcia depois vai falar para nós –, houve uma negociação que esse recurso voltasse para o GHC em função de que a dívida foi indevida na época, uma cobrança indevida do IPTU, ITBI, ISSQN que naquela ocasião tinha um valor altíssimo para ser devolvido, era um total de 32 milhões, mas para as duas unidades de saúde um pouco menor. Parte desse recurso, naquela época, e aqui está no acordo, era para ser destinado para a construção dessas duas unidades. Obviamente que, segundo o GHC, na gestão daquela ocasião, 2016 e 2017, teriam encaminhado os projetos para o Executivo, e o Executivo recebeu e silenciou. Não houve adiante. Essa pauta foi recuperada por nós, no ano passado, as senhoras e os senhores estavam presentes. Então, nós fizemos uma movimentação, em comum acordo com o Município e o GHC, para refazer os projetos de lei, os projetos de planta das duas unidades de saúde e encaminharem ao Município. E o Município, a partir daí, fazer um orçamento para ver se, de fato, aquele valor da dívida comportava o pagamento de todo esse processo. Então, hoje, o Município já recebeu os dois projetos, e já orçaram, dando em torno de R\$ 12 milhões cada unidade, sendo que o Município, corrigindo o valor – vejam só – chegaria em R\$ 12 milhões. Então, construiriam uma e a outra não? Não. Eu fiz várias reuniões com o superintendente do GHC, o Barichello, a Gerusa e algumas delas presentes. E o Barichello, na semana passada, disse, para mim, para nós, que entende que o recurso corrigido do Município não chega ao valor necessário para construir as duas unidades, porque as novas unidades têm um outro modelo, tem uma outra

concepção bem diferente da anterior, é mais ampla, atende uma série de requisitos importantes que a comunidade já conhece. Inclusive, uma delas foi apresentada na reunião anterior, presidente. A Gerusa estava junto também. Então, nesse sentido, o GHC já está trabalhando com a opinião, e a Gerusa também vai falar todo esse processo de repor a diferença. Portanto, o acordo se estabelecerá nesse sentido, o Município – que o Dr. César vai falar em seguida também – corrige o valor, repõe esse recurso para o GHC, o Município não vai mais construir as unidades, ele repõe, devolve esse recurso para o GHC e este, ainda esse ano, na opinião do nobre superintendente, resolvendo a parte burocrática com o Ministério da Saúde, já entra em processo de licitação. Então, esse, eu diria, é o movimento que, pelo que nós avaliamos, enquanto Comissão de Saúde e Meio Ambiente, em diálogo com as duas instituições, houve um avanço significativo, porque nós tivemos as plantas atualizadas e houve uma vontade política em pagar essa dívida corrigida. E, não suportando esse valor para a construção das duas unidades, o próprio GHC, o superintendente do GHC, juntamente com a Gerusa, gerente da Atenção Básica daquela unidade, estão trazendo a informação. E eu tenho certeza de que vai referendar em seguida, vão repor a diferença, e as unidades de saúde serão construídas. É uma notícia boa ou não é? (Palmas.) É uma grande notícia, um grande avanço. Portanto, inicialmente, quero dizer para vocês... E aí quero ouvir também a Dra. Márcia se, dentro desse acordo, diante dessas possibilidades, o acordo estaria atendido ou não? Dentro dessa apresentação que eu faço aqui, de que forma o GHC vai encaminhar tudo isso pela Gerusa na fala? E, dentro desse processo, como esse recurso, Dr. César, vai ser repassado ao GHC? Inicialmente, é essa minha fala. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Oliboni. Pergunto se a Ver.^a Tanise vai fazer uso? (Pausa.) A Ver.^a Lourdes? (Pausa.) Então, eu passo para a doutora. (Manifestação fora do microfone.) Depois? Quer ouvir a Gerusa? Tá, bom. Convido para fazer parte da Mesa a Josiane, da Secretaria Municipal

da Saúde. Por gentileza, Josiane. Passar, então, para a Gerusa Bittencourt, do Grupo Hospitalar Conceição.

SRA. GERUSA BITTENCOURT: Bom dia a todos, todas e todes, é com grande alegria que a gente está aqui hoje, podendo compartilhar depois de praticamente 15 anos dessa boa notícia de que a Prefeitura vai executar o pagamento dessa dívida. O que o GHC tem a dizer é que nós não só aceitamos receber para executar, como também temos a intenção de compor aquilo que faltar, do ponto de vista orçamentário. Também acho importante ressaltar que o Leopoldina já tem um terreno previsto para a obra, mas em relação ao Coinma, nós também queremos registrar nossa intenção de estar realizando a doação onerosa, conforme a gente já vem sinalizando pra associação Coinma, do ponto de vista da aquisição do terreno, porque ele é propriedade da Associação Coinma. Então, da nossa parte há essa intenção. Em relação à licitação, se organizando, do ponto de vista do Ministério da Saúde, o recebimento desses R\$ 20 milhões, nós estaremos prontamente abrindo a licitação para a execução das duas obras. Isso tá no nosso horizonte mais próximo possível, essa é a intenção do Grupo Hospitalar Conceição, em relação à execução dessas duas construções.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Sr. César, secretário-adjunto da Saúde, está com a palavra.

SR. CÉSAR EMÍLIO SULZBACH: Bom dia a todos os presentes nesta reunião, bom dia, Presidente, Sras. Vereadoras, meu querido amigo Oliboni, o nosso representante do Ministério Público, a Dra. Márcia Bento, representante do GHC também. Obrigado pela presença, minha colega de Procuradoria, Dra. Isadora que também nos acompanha aqui, a Josi que é a responsável pela nossa parte de engenharia da Secretaria, o representante da Fazenda, e ainda no plenário ali, na nossa assessoria, a Vivi que também hoje nos acompanha. Essa discussão já vem de longa data, todos aqui, de alguma forma, têm alguma informação, alguma desinformação também e, nos últimos dias, nós

conseguimos ultimar com o prefeito Sebastião Melo o encaminhamento da questão do financiamento dessas obras. Nós conversamos com o diretor-presidente do GHC em duas oportunidades, inclusive com a presença do prefeito, e entabulamos algumas questões. Dependíamos da entrega dos dois projetos, porque os dois projetos, além dos projetos, também vieram e acompanhavam a orçamentação. E na orçamentação, quando nós chegamos, esse o total dos projetos chegou a R\$ 21 milhões. Corrigimos a nossa dívida, porque deveríamos fazer uma licitação aqui para os as duas unidades, o Jardim Leopoldina e o Coinma, e esse total chegou a R\$ 12 milhões. Então, o que nós conversamos? Ou haveria uma adequação dos projetos ou o GHC poderia, não teria problema nenhum, fazer a complementação e executar as obras. Com isso nós entendemos, e o prefeito junto com a Fazenda, nós estamos fazendo aí uma mexida em orçamentos para poder fazer esse pagamento. O que vai depender agora? Vai depender de trâmites burocráticos, vereador. Nós temos que agora conversar com o jurídico do GHC, verificar aqui algumas questões, fazer a burocracia andar para que a gente possa, ao final disso, levar a efeito, fazer esse pagamento de R\$ 12 milhões, que é o valor que nós entendemos como devido aqui, pela correção desse termo que foi firmado em 2016. Como é que eles chamaram na época? Na época, foi chamado de termo de transação de dívidas, porque era decorrente de uma ação judicial em que foram reconhecidos indevidos alguns tributos por parte do GHC, e, ao final, na composição do pagamento dessas dívidas, coube parte desse pagamento ser uma obrigação de fazer duas unidades de saúde. O importante, na nossa opinião, é que estamos, Ver. Oliboni, chegando a um bom termo. Vai contentar ambas as partes, não é, Ver.^a Cláudia? A Ver.^a Cláudia também participou de uma reunião com a presença do diretor-presidente do GHC na procuradoria, eu também estava presente. Na época, nós ainda não estávamos caminhando para a questão da execução pelo próprio GHC. Eu não dou assim... Nós vamos executar. De alguma forma, o Município vai pagar. Se, por algum motivo, houver algum entrave, como eu sou da área jurídica, eu sempre me preocupo com promessas, porque, lá na frente, pode haver algum entrave, alguma questão, e a gente não

executar da forma que está pensando. Mas o Município já vai separar esse dinheiro para a execução da obra. Se tiver que, por algum motivo, o próprio Município, ali na frente, executar, será nos projetos apresentados pela GHC, mas dentro da realidade do Município. Hoje as unidades que nós faremos com o financiamento do BID – a Josi pode até me auxiliar –, se for o caso, são dez unidades e três centros de especialidades. No final do ano, se a burocracia permitir, também estaremos assinando esse contrato com o BID, esse financiamento, que vai ser para a cidade, vai ser muito bom, e nós teremos daí a execução de mais dez unidades em benefício da melhoria da saúde. A gente melhora as instalações para poder melhorar e qualificar a prestação de serviço da saúde. Ver. Oliboni, eu acho que é mais ou menos isso o que está delineado, o pagamento desses R\$ 12 milhões. Aí a gente vai ver a burocracia, o quanto antes a gente puder alinhar, porque agora, a partir do momento em que o prefeito formalizar a autorização, a gente vai passar à procuradoria – a Isadora está aqui representando –, para que a procuradoria, junto com o jurídico do GHC, possa fazer todos esses ajustes necessários, pois, tecnicamente, a gente vai fazer uma novação em cima do termo de transação lá ocorrido, para poder fazer esses ajustes e repasses de forma legal e o mais rápido possível ao GHC, para execução. Ao fim, se isso não se concretizar por algum motivo, daqui a pouco o Ministério entendeu que, por algum motivo, não vai poder repassar o dinheiro integral para complementar, a gente rediscute, mas tenho certeza, vereador-presidente, que nós estaremos em 60 dias com a definição de como fazer isso. Eu acredito que, em 60 dias, sendo pessimista até, nós já tenhamos a formalização e a forma como isso vai ser implementado. Era isso, obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, secretário. Estamos com o time da Comissão de Saúde completo agora com a chegada da Ver.^a Mônica – bom dia, Ver.^a Mônica – e da vice-presidente da comissão, a Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todos e a todas, presidente, colegas vereadores, secretário, representantes do Executivo; é um tema que a gente fala há muitos anos. No ano passado, nós tivemos uma reunião que foi na sala das comissões; depois, o Ver. Oliboni também fez a proposição para a COSMAM. Nós estamos discutindo este tema há muito tempo, muito antes de eu ser vereadora, isso já era discutido nesta Casa. Tem um processo que tramita. E hoje, pelo que eu ouço aqui o nosso secretário adjunto falar, nós estamos mais perto do que nunca, a gente nunca esteve com tanta definição, porque hoje a gente sabe valor, hoje a gente sabe que vai ser executado e que vai acontecer. Acho que não tem muito o que falar, o que a gente tinha que ter discutido, o que a gente tinha que ter falado, o que a gente tinha que ter reivindicado foi feito. Eu estive, como disse o secretário César, na Procuradoria, com o procurador Marisco, nós tivemos reunião, o presidente Barichello do GHC também estava presente, foi feito um acordo de partes – um cede um pouquinho, outro cede outro pouquinho –, a gente chegou num denominador comum, e é a construção dos postos. Com certeza, muito em breve nós teremos o posto Coinma e o posto Leopoldina ativos e atendendo à população, que, na verdade, é o que a gente mais deseja. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. Eu até brinquei que hoje nós viemos aqui só pra definir a cor que nós vamos pintar os postos! Ver.^a Mônica Leal, por gentileza.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, presidente; bom dia às pessoas que nos acompanham, colegas; esse é um tema para lá de discutido e que nos preocupa muito, então é com grande satisfação que eu vejo encaminhamentos, mas eu confesso a vocês que entre encaminhamentos e a coisa acontecer, eu sou muito cética, então eu espero em breve estar aqui para dizer que aconteceu! Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. A Dra. Márcia do Ministério Público estadual está com a palavra.

SRA. MÁRCIA BENTO: Bom dia a todos, saúdo o presidente da COSMAM, os demais vereadores presentes, os membros do Executivo na pessoa do secretário adjunto Dr. César, a comunidade presente, através dos seus conselhos, e os usuários que são, ao fim e ao cabo, os que serão beneficiados com a construção dessas sedes. Como todos aqui falaram, essa é uma luta antiga, o Ministério Público tem um inquérito civil sobre isso, e eu fico muito feliz que haja, enfim, vontade política em concretizar. Eu, neste momento, gostaria realmente de entender, tecnicamente e juridicamente, como isso vai ser posto em prática, porque hoje existe uma transação homologada judicialmente, então eu imagino que vá ser feita um uma nova transação que será submetida ao Judiciário, eu não sei bem como, mas eu fico muito feliz que haja essa vontade, porque esse é o primeiro passo, o mais importante, na verdade, e agora a gente gostaria de acompanhar – o Ministério Público –, porque, para mim, não está muito claro como é que vai ser a transferência desse valor, teria que ser pelo Ministério da Saúde, então me parece que teria que ter também alguma coisa por parte do Ministério da Saúde se comprometendo de que isso vai voltar para Porto Alegre na construção das sedes. Eu gostaria de entender melhor como é que na prática isso vai ser feito, para que a gente não fique com outro acordo inexecutável, nós não queremos trocar um papel por outro, nós queremos ter certeza de que isso realmente vai reverter na construção agora e não daqui a 10 anos, de novo; nós queremos ter certeza e, para isso, então, vamos nos comprometer a acompanhar, eu solicito que nós sejamos ouvidos, que nos chamem para as reuniões, para que a gente possa acompanhar, porque realmente essa é uma luta longa e a gente espera que esse seja o final da luta. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Dra. Márcia. Eu vou passar para o secretário já responder a sua pergunta.

SR. CÉSAR EMÍLIO SULZBACH: É importante essa questão, por isso que eu, na minha fala, destaquei que nós temos a decisão do prefeito Melo de fazer isso, de resolver essa questão, e ali eu ainda disse que se nós tivermos algum entrave que possa, por um motivo ou outro, transformar isso numa nova situação de postergação, nós certamente vamos sentar com o GHC e nós vamos executar – nós vamos executar. Por isso que eu digo que em 60 dias nós temos que ter isso entabulado e resolvido, é uma inovação que vai ter que ser submetida a uma nova homologação, mas acredito que, como lá em 2016 nós conseguimos chegar nisso, as partes tinham interesse, as partes estavam empenhadas, não é, Ver. Oliboni? As partes estavam empenhadas em levar a efeito e nós construímos, reformamos essas duas unidades, eu acho que a gente tem condições plenas de também, neste momento, executar e chegar a um encaminhamento final, não é, Dra. Márcia? Porque é fundamental que a gente tenha, em curto espaço de tempo, uma definição, porque, se o GHC não puder executar da forma que nós pensamos, nós, Município, vamos executar, mas daí nós faremos dentro do nosso padrão, que é um o padrão que o próprio Ministério disponibiliza os projetos. Então, o que o GHC hoje está trazendo são algumas inovações, é um dos projetos mais elaborado. E eu acho adequado, quando a gente tem condições financeiras e tudo mais, mas para que a gente possa, dentro do padrão de Porto Alegre, que estão dentro das 10 unidades de financiamento que vamos contrair com o BID e outras unidades que estamos projetando, nós teremos que trazer para uma situação um pouco diferente. Mas a intenção é efetivamente executar.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Dr. César. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Até para ajudar aqui no esclarecimento, segundo o que me disse o Gilberto Barichello, superintendente do GHC. Como disse a Geruza, que também participou de uma das reuniões, há, sim, esse entendimento, Dra. Márcia, de que, uma vez que o Município devolva esse

recurso de uma dívida contraída, ele vai para o Ministério da Saúde. Para tanto, não só isso, como também a diferença para construir as unidades que o Barichello quer a garantia. Então, veja só, é uma instituição no Rio Grande do Sul que tem um certo limitador do recurso e, quando ele vem, ele vem rubricado ou para a folha ou para a obra, e é óbvio de que tem que haver um certo compromisso desta existência de uma negociação e um cumprimento do ora inquirido civil aqui, que V.Sa. se refere. Então também há essa preocupação do superintendente do GHC, à medida que faz um acordo com o gestor municipal e não pode dar errado – não pode dar errado. E outra: é um recurso a mais que ele também tem que aportar para poder garantir a construção. Paralelo a isso, tem uma outra diferença, que é uma outra dívida que o Município tem, não só essa, que o próprio César sinalizou aqui, se vocês entenderam, para reformar as outras unidades. As outras unidades estão em área pública do Município, portanto há uma enorme dificuldade como essa, de poder reformar, construir nova unidade. Mas o Município vai comprar essas áreas, essa é uma outra negociação que já começou. Então, todas as unidades de saúde do GHC não serão mais unidades com terrenos do poder público municipal. A dívida do Município vai possibilitar que o GHC compre essas áreas, é o caso do Coinma, para poder, então, dizer: “Agora é minha; agora eu faço as reformas; agora eu construo uma nova unidade” – o futuro é esse, só que esse demora um pouco mais. Mas também a Geruza pode aqui reforçar, há essa vontade política de que se resolva o problema da dívida, mas os terrenos onde estão os postos de saúde passarão a ser do GHC. Essa também é uma grande notícia, porque as outras unidades terão a possibilidade concreta de poder trabalhar com um planejamento para o futuro. Então, eu tenho certeza absoluta que aqui, lembrando que o acordo lá de 2016, Dra. Márcia, foi assinado por várias, vamos dizer assim, pessoas importantes, como, na época, eu estava lá, logo em seguida, em 2017, eu era gerente do Hospital da Criança Conceição e me lembro que a superintendente era a Sandra Fagundes e o diretor administrativo era o Gilberto Barichello. E o acordo aqui está assinado, dentre todos os que assinaram, pelo Fernando Ritter, que hoje é secretário de saúde, ele também

quer resolver, ele me disse pessoalmente, e também o Gilberto Barichello. Queira Deus que isso se concretize, muito tempo depois, mas com certeza há uma sinalização aqui de tranquilidade, de que isso vai acontecer. Presidente, eu tenho dois encaminhamentos: o primeiro é em relação a esse prazo que o poder público municipal está solicitando, o GHC também, nesse prazo, vai negociar com o Ministério, e que, em 40 dias – eu falei em 30, 40 dias –, a gente consiga resolver isso. E tem essa reunião com o Ministério Público. A Dra. Márcia tem razão quando pede para poder não só cumprir o que está aqui nesse inquérito reelaborado, mas que se estabeleça o outro acordo que, em tese, é isso que nós estamos falando aqui, é isso que nós estamos organizando aqui, que vai estar no papel, onde voltarão a assinar novamente. Em paralelo a isso, o Sérgio está dizendo aqui, em 60 dias nós vamos repassar os recursos. Bom, aí, em 60 dias, quando repassar o recurso, eu me comprometo, juntamente com a Gerusa, de fazer uma reunião com vocês, Coinma e Leopoldina, com o GHC, lá no GHC, para tratar de quando sairá o edital para a construção das unidades. Esse é o grande impasse que nós vamos conseguir resolver, com certeza, neste ano. Então, eu creio que agora há inscrições, nobre Presidente, e, a qualquer dúvida, a gente vai voltar aqui a conversar e dar esses esclarecimentos, mas me parece que o caminho está sinalizado para uma solução. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado, Ver. Oliboni. A Ver.^a Lourdes está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Saúdo o Presidente, todos os vereadores, os representantes do governo municipal. É claro que é uma satisfação sabermos que o Município tem interesse de ingressar com esse valor corrigido de R\$ 12 milhões, e, em contrapartida, os R\$ 8 milhões do grupo GHC, que é um recurso federal. Como já foi dito anteriormente, nós queremos vir aqui, sim, comemorar a conclusão dos trâmites e que seja realmente posto em prática. Também nos satisfaz o Município informar que, caso não seja possível executar uma obra no valor na adequação final, que é o que exige hoje, o Município está

disposto a construir de acordo com esse recurso. Então, estamos de parabéns, a pauta do Ver. Oliboni, apoiada aqui pela Comissão de Meio Ambiente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. O Dr. Marcelo está com a palavra.

SR. MARCELO FERNANDES: Bom, eu gostaria de cumprimentar todos, desejar um bom dia. Na pessoa do presidente José Freitas cumprimento os demais vereadores; quero também cumprimentar os colegas de Município e a comunidade presente. Meu nome é Marcelo, sou da Secretaria Municipal da Fazenda e eu gostaria de deixá-los tranquilos no sentido de que o trâmite burocrático, os recursos, esses pedidos, essas liberações não dormem na Fazenda. A Fazenda, nesse caso, atua como órgão de tesouraria. E da mesma maneira que quando se entra num avião, o avião não decola automaticamente, há todo um processo de checagem e rechechagem, o uso do recurso público também não funciona de maneira, digamos, trivial. Há todo um processo de controle, de avaliação, de checagem e de rechechagem. Agora, tenham certeza de que a Fazenda jamais vai se colocar como óbice, como um obstáculo a esse trâmite. Tratando-se de recurso público, independentemente da esfera que ele vem, fiquem tranquilos porque, da nossa parte, vai tudo tramitar da maneira mais ágil possível.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Marcelo. A Dra. Isadora está com a palavra.

SRA. ISADORA GRUMBT NAJJAR: Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa; também o meu colega de Procuradoria, Dr. César; o representante do GHC; do Ministério Público; todos os vereadores. Eu gostaria de agradecer novamente – sendo repetitiva – o convite para participar da reunião aqui da COSMAM, é sempre muito enriquecedor, e dizer que a Procuradoria, a PMS 2, está à disposição no que for possível, no sentido de auxiliar na modelagem jurídica para

concretizar a construção dessas unidades de saúde que são tão importantes para a população. É só isso. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, doutora. A Gerusa está com a palavra.

SRA. GERUSA BITTENCOURT: Eu acho importante complementar e ressaltar, em relação à preocupação da doutora, sobre o Ministério estar executando essa obra do ponto de vista de receber o recurso. Em 2016, como já foi dito aqui, foi assinado um termo, e só por essa questão jurídica a gente já tem a garantia legal dessa devolução, do ponto de vista de uma execução de obra, que a gente pode acrescentar, inclusive foi dito, o próprio Barrichello assinou o termo na época, que a gente pode acrescentar um aditivo, já que vai precisar ser feita a atualização da dívida e também tem esse comprometimento por parte do GHC em completar o recurso que, por um acaso, vir a faltar. Então, na verdade, do ponto de vista legal, a gente já tem um instrumento assinado pelo Grupo Hospitalar Conceição, desde 2016, se comprometendo a executar essa obra. Então, eu acho que não há nenhum prejuízo em a gente acrescentar um aditivo, que foi sugerido aqui pelo Ver. Oliboni, a assinatura de um novo documento. Na verdade, a gente precisa atualizar o valor da dívida, e, como a gente já disse anteriormente, podemos frisar esse comprometimento do Grupo Hospitalar Conceição de executar essa obra, mediante o recebimento desse recurso por parte do Município. É isso.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. A primeira inscrita... nós não vamos usar a tribuna, pessoal, porque tem pessoas de mais idade, não tem escada, enfim não tem acessibilidade na tribuna, então assim fica bom. A primeira inscrita é a Maria Inês, do Conselho Municipal de Saúde.

SRA. MARIA INÊS BOTHONA FLORES: Bom dia à Mesa, sou conselheira distrital de saúde da região leste e sou membro do Núcleo de Coordenação do

Conselho Municipal de Saúde. Eu queria aqui deixar registrado que o controle social, que é uma instância do SUS, está presente desde o primeiro momento nessa discussão, embora, muitas vezes, não seja lembrado, principalmente por esta Casa de vereadores, mas nós também somos parte do SUS, do controle social. Então, eu queria aqui saudar o Conselho Local do Coinma, que sempre lutou muito por essa construção do posto, porque hoje a unidade básica funciona em dois contêineres, e isso precisa ser alterado para essa comunidade. E também quero saudar aqui o Conselho Local da Unidade de Saúde Coinma.

Quero deixar aqui registrado a mesma preocupação da Dra. Márcia, porque a gente sabe que, nas palavras, tudo funciona muito fácil, mas se sabe das complicações jurídicas que depois começam a surgir. E esse dinheiro não pode sair dos cofres da Secretaria Municipal de Saúde, cujo orçamento já é muito – muito – pequeno para atender a demanda da saúde da população de Porto Alegre.

E também quero aqui deixar registrado junto aos nobres vereadoras e vereadores que o Conselho Municipal de Saúde quer participar da discussão dessa construção, dessas 10 novas unidades básicas. A gente sabe que a demanda de saúde em Porto Alegre aumentou muito, a demanda demográfica da cidade aumentou bastante, então, nós, enquanto controle social, queremos ser ouvidos, onde vão ser construídas essas novas 10 unidades básicas e esses centros de especialidades. Vocês devem saber isso, as pessoas quando têm exames especializados, consultas especializadas, geralmente as pessoas da Zona Norte, da Zona Leste e tem que se deslocar até a Zona Sul, porque hoje quase tudo está lá no Hospital Restinga, Hospital Vila Nova. Muitas vezes as pessoas faltam às consultas porque não têm condições de pagar transporte público para se dirigir lá para a Zona Sul, onde a maior parte dos exames e consultas especializadas estão sendo realizados. Então, nós gostaríamos que a Secretaria de Saúde ouvisse o controle social, a representação das usuárias e dos usuários de Porto Alegre.

E quanto às questões das unidades do GHC, nós queremos também conversar com a Prefeitura principalmente sobre o posto de saúde lá do Divina Providência,

que se encontra hoje numa área bem ruim ali, na Av. Saturnino de Brito, que a gente não sabe se vai ser ali uma rótula, o que vai acontecer. Então, a gente também, enquanto controle social, precisa participar dessa discussão.

Enquanto, então, controle social e conselheira da região leste. Eu saúdo essa nova possibilidade de uso do dinheiro, e que, logo, essas duas unidades sejam brevemente construídas e entregues à população, tanto da região leste como lá da região do Leopoldina. Era isso, muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Maria Inês, parabéns pela luta de vocês! Senhor Joaquim.

SR. JOAQUIM JOÃO RAMOS: Eu sou do Conselho Comunitário Itu Sabará, nós somos apartidários e realizamos um trabalho na comunidade única e exclusivamente para a efetiva prática da cidadania. Obrigado a todos que, de alguma forma, estão fazendo com que saia do papel; porque, no papel, já constava, em 2017, em 2016, um acordo que não foi cumprido, até então, entre as partes, junto ao Judiciário, e, graças a esta Casa do Povo, democraticamente, e com a manifestação destes representantes que aqui estão, que eles vêm do povo, pela vontade do povo, uma Casa democrática, estão tornando promessas para que elas venham a ser realidade.

Como disse a Ver.^a Mônica e a doutora Márcia, eu pactuo com o que elas dizem: entre o falado e o desejo, existem muitas etapas a serem cumpridas. Nós vamos fazer, mas daí vêm as “burrocracias”, que impedem, muitas vezes, no caminho, que não deu por A, B, C ou Y motivos. No caso específico do Leopoldina, que tem uma maior facilidade na construção, devido ao terreno – aliás o Leopoldina. No caso do Coinma, têm outros entraves que, por vontade, também, dos Srs. Vereadores, e que eu peço ajuda a vocês para que deem, também, assistência ao Centro Comunitário Coinma, para que ele possa se tornar realidade. Que as instalações que, hoje, estão em seus terrenos, continuem, porque a população é muito de pessoas idosas e, idosos ou não, somos seres vivos. Não sabemos quanto tempo mais estaremos aqui, e a tendência natural de idoso é que o tempo

seja mais rápido para findar seus dias. Tomara que não seja logo, e saúde, gente, é vida. Sem saúde não existe vida.

Uma coisa que muito me preocupa sempre é a qualidade para que o profissional da saúde consiga executar o seu trabalho com dignidade e dar assistência de qualidade para os usuários. Atualmente, a UBS Coinma não tem uma qualidade de estrutura básica, no meu entender, para atender com dignidade a sua população. Não só a estrutura física como, inclusive, de pessoas, de profissionais, para que agilizem os processos.

Há dias em que o pessoal fica na chuva, no vento, no sol – já foi denunciado –, pessoas idosas. Isso não é acolhimento, e não é por culpa dos profissionais que lá estão, é por culpa da estrutura que não vem. A Gerusa, quando tive o prazer de conhecê-la, eu a assustei quando eu disse: meus pêsames, Gerusa. Por que eu disse meus pêsames? Para dar um choque na Gerusa do GHC, de que ela estava pegando uma bomba explodindo, que ela precisava deletar esse problema. E ela já está conseguindo, com seus esforços, também, trazer os prometidos *containers*, que são uma luta da comunidade para, paliativamente, enquanto não nasce a UBS Coinma nas dependências do Centro Comunitário Coinma, que pelo menos o pessoal tenha um pouco de dignidade para seu atendimento.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Para concluir, Joaquim.

SR. JOAQUIM JOÃO RAMOS: Os entraves burocráticos são muito importantes para que eles sejam ultrapassados, e de novo, eu insisto e peço, senhores vereadores, ajudem o Centro Comunitário Coinma, e certamente através do seu atual presidente, o Sr. Laone, que tanto tem procurado vocês e tem sido atendido por vocês, ele vai trazer outras colocações a vocês, e certamente precisará da ajuda dos senhores vereadores. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Sr. Joaquim. Laone, então, do Coinma.

SR. LAONE SIMONETTI DE OLIVEIRA: Saudações a todos, é difícil nominar um por um, que todos aqui são importantes, um a um. Mas a gente vem aqui e está bem contente com o que está acontecendo, nós estamos tendo a atenção dos nossos representantes, Ministério Público, Prefeitura e Câmara de Vereadores. Esta é uma situação de cidadania, nós, cidadãos do nosso bairro e também do Leopoldina, parabéns por estarem aqui, sempre nessa luta, queremos salientar que a gente vai continuar organizado junto com vocês, palmo a palmo, nesses processos aí, e nós vamos sempre ter muita transparência. Estamos em futuro ano eleitoral, e a gente sabe que tem coisas que acontecem por interesses individuais, e essas coisas ficam muito evidentes. Hoje, nós temos uma transparência muito grande através dessa parte digital que nós vivemos, e a gente está vendo muita máscara cair, então, talvez não tenham acontecido algumas coisas por causa disso no passado, embora uns tenham se esforçado muito e outros, zero, então, vamos salientar isso hoje. Outra coisa, nós, lá do Centro Comunitário Coinma, comunidade, somos cinco comunidades, o nome é Coinma porque o Centro Comunitário é Coinma, mas nós temos cinco comunidades lá, bem grandes, envolvidas no posto de saúde. São 6 mil cadastrados, atualmente, no posto de saúde, e as fotos e os vídeos denunciam exatamente o que o Sr. Joaquim falou aqui, a situação é precária há anos, pessoal, são pessoas com 80 anos, outros com 60, crianças em idade de colo. Então, parabéns à iniciativa, parabéns à boa vontade, e essa questão dos contêineres... Nós aqui temos um time muito forte, a gente está saindo daqui sentindo isso, Ministério Público, boa vontade; GHC, boa vontade; Câmara de Vereadores, boa vontade; Prefeitura, boa vontade. Temos aqui companheiros que não estão aqui no momento, mas estão nos ajudando também, vereadores, porque nós, comunidade, nós lá temos todas as tribos, claro que temos que salientar o nosso amigo Oliboni há anos lutando, já tivemos reuniões no passado a respeito disso, e a gente vem somando com outros. Até, eu quero salientar aqui uma situação complicada que nós tínhamos de aprovação de projeto, então, como é bonito quando a coisa converge, o senhor vereador não está aqui no momento, Sr. Moisés Barboza, mas nós solicitamos uma ajuda dele, e ele foi de

muita valia na aprovação do projeto, que era uma coisa que estava sendo praticamente impossível, do ponto de vista da Prefeitura. Então, eu saliento isso para que os senhores entendam que nós aqui, comunidade, nós não estamos por esse, por aquele, ou por outro, nós estamos pelo objetivo, e não nos isentamos de salientar. Na semana passada, tivemos uma reunião na Prefeitura com a Secretaria da Fazenda, com o Sr. Airto Ferronato, que foi lá nos ajudar também, está estendendo a mão, isso é lindo, pessoal, isso é lindo, eu estou me sentindo à vontade de falar isso. A Ver.^a Cláudia Araújo, o Sr. Presidente, todos vocês; eu não vou conseguir dizer o nome de todos, porque é muita coisa. Eu tenho me envolvido com muita coisa. Eu sou conselheiro de saúde, sou presidente da associação, e ainda a gente luta pela cultura, com uma biblioteca pública estadual que tem em cima das nossas terras.

Para concluir, eu quero dizer para vocês o seguinte, o Cento Comunitário Coinma, a comunidade, é uma extensão do poder público nesse sentido, porque nós emprestamos as nossas áreas para um posto de saúde, emprestamos as nossas áreas para uma biblioteca, e hoje nós temos um contencioso judicial, em execução, que pode nos atrapalhar a execução da obra. O que é isso? São taxas de lixo que nós não colocamos obrigações aos que nós emprestamos a terra, para que eles pagassem, e isso ficou nas costas de quem? Da comunidade, da associação. E quero salientar que a associação hoje, graças à Câmara e a outras pessoas da comunidade que nos ajudaram, até a nossa ex-presidente, posso falar aqui o nome dela, D. Maria Jandira Rabelini, que também ajudou a encaminhar a questão do ente de utilidade pública, assinado pelo Ver. Bins Ely, não podemos ter vergonha de dizer isso, é um ponto positivo para nós todos. Nós temos o certificado de ente de utilidade pública, nós temos a imunidade tributária, e nós podemos estar trancados por taxas de lixo? Dia 4 de setembro, nós vamos ter uma reunião na PGM para tratar desse assunto. Já estudamos a lei da taxa de lixo e lá não se enquadra uma entidade com desse tipo, porque talvez não sejam muitas que existam, entidades que emprestam as suas áreas. Então, nós gostaríamos de salientar isso aqui para vocês, que nós vamos, sim, precisar de mais ajuda nessa parte, porque o centro comunitário não tem

capacidade de pagar essa dívida e, para realização da nossa obra, nós precisamos estar com as matrículas livres de penhora, de dívidas. E eu espero que a gente consiga resolver isso o mais breve possível, já estamos nos mexendo. Muito obrigado. Um abraço a todos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. Bom trabalho para o senhor.

SR. LAONE SIMONETT DE OLIVEIRA: Última fala: Amar a Deus sobre todas as coisas e ama ao próximo como a ti mesmo, e tudo vai dar certo. Forte abraço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Com certeza. Amém. A Sra. Carmem Lopes, foi minha professora no Conselho Tutelar, está com a palavra.

SRA. CARMEN MARTIN LOPES: Bom dia a todos e a todas e a todes. Eu sou Carmen Lopes, sou moradora do Leopoldina há mais de 45 anos, sou membro da Associação de Moradores Leopoldina. Eu estou aqui, na verdade, para alertar vocês no sentido seguinte: nós não encerramos aqui a nossa batalha, a nossa batalha não está encerrada hoje, muito antes pelo contrário. Agora começamos uma nova etapa, está muito próximo daqueles 17 anos do acordo feito com a com o GHC, que a gente participou também, distante da luta para chegar num acordo, aí eu não lembro quanto tempo foi, mas foi bastante tempo também. O posto de saúde tem mais de 40 anos também, porque a gente começou essa luta logo que nós fomos morar lá, tem vários aqui. E vocês podem notar, o nosso povo aqui, todo mundo tem cabelinho branco, a grande maioria tem cabelinho branco, significa que a gente ficou todos esses anos lutando pelo posto de saúde, porque a gente sabia que, quando chegasse nessa idade, a gente ia precisar muito mais dele, por isso que ele é nosso caminho.

Então assim, é uma nova etapa, não acabou aqui a nossa mobilização. Daqui a quanto tempo, Ver. Oliboni, nós temos que estar presentes de novo? Sessenta dias, lá no GHC, é bem mais pertinho para nós. Eu quero que vocês levem com vocês a convicção. é importante, vale a pena lutar, gente, faz muitos anos que

se luta, e aqui a grande maioria luta pelo nosso posto de saúde todo esse tempo. E é muito, muito importante continuarmos mobilizados, enquanto tivermos saúde suficiente e até vida. Eu espero, pelo menos, meu caro ex-colega de Conselho Tutelar, ver o início da construção, pelo menos isso. Eu tenho essa vontade. Eu não vou morrer não sem ver o início dessa construção; posso não ver o fim, não sei, mas o início eu quero ver, e todos nós queremos isso, inclusive os jovens que estão aqui vão começar a nos substituir, porque daqui a pouco, né? Nós temos que trazer os jovens também para cá. Muito obrigada a todos, pela presença de vocês – e a vocês todos eu não agradeço, porque vocês estão aí para fazer isso que estão fazendo; eu posso dar os parabéns por estarem fazendo, mas agradecer, jamais, um secretário ou algum membro da gestão deste Município vai receber o meu agradecimento, pois eu estou pagando para isso. Então, vocês estão de parabéns por estarem dando continuidade à nossa luta. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Carmen. Vou ser otimista e vou dizer que todos aqui vão usar o posto saúde. Sra. Ivana Isabel está com a palavra.

SRA. IVANA ISABEL MILESKI: Bom dia a todos, a todes, sou agente comunitária da unidade de saúde Jardim Leopoldina. Eu moro no Jardim Leopoldina há 53 anos, eu e a minha mana negra acreditamos ser as moradoras mais antigas do bairro. Nasci, cresci e vi o bairro crescer junto comigo. Fiz um concurso público, hoje trabalho em prol da comunidade e luto com a comunidade, luto ardentemente, porque eu sei do nosso começo, de todo o trabalho da Maria Helena; eu sempre digo, a Maria Helena é aquela que eu sigo, porque eu acredito nessa força da comunidade, foi ela que me colocou para estar junto com vocês. Como batalhadora, eu quero acreditar nesse sonho, e estou, todo dia, fazendo sala de espera – quem me conhece, sabe. Coloco uma sementinha de esperança nesse sonho que esses nossos vereadores estão nos colocando. Quero agradecer principalmente ao nosso vereador aqui, que puxa a

frente, o nosso Ver. Oliboni, mas a todos nossos vereadores que estão aqui também, quero fazer o meu agradecimento por esse empenho, por essa luta, por esse sonho. O que eu não quero é realmente que um valor que vai ser colocado num cofre seja depositado em outro, e que os valores não consigam ser colocados num projeto digno da comunidade; a nossa comunidade Jardim Leopoldina merece a dignidade de um posto, de uma unidade de saúde maravilhosa. Não adianta fazermos puxados, fazer uma unidade precária, precária a gente já está, a gente já tem uma cadeira – uma cadeira só! –, uma cadeira de odonto, sendo uma unidade que é extremamente vulnerável, composta por pessoas extremamente idosas também, que tem que madrugar na fila, ficar na espera. Então a gente merece um olhar de vocês, que realmente... Não estou dizendo que se faça, mas eu sei que a burocracia, às vezes, e por outros projetos, e por outras mobilidades que a saúde precisa, talvez o valor que venha chegar até a nossa construção não seja de fato aquela que a gente precisa, a gente precisa de uma unidade grande, a gente precisa de salas que funcionem. Hoje o nosso posto não tem nenhuma sala de grupo, a gente faz as nossas reuniões em salas de condomínio, a gente precisa da comunidade, pedir “por favor”, a gente precisa fazer grupos de saúde, porque os grupos de saúde são potências para nossa unidade, para a saúde funcionar, para que os nossos hospitais funcionem com menos sobrecarga. Tudo começa pela nossa prevenção e promoção em saúde, na ponta, e eu estou lá lutando, fazendo minhas visitas domiciliares, e aqui também lutando para que o nosso posto esteja adequado, conforme o Jardim Leopoldina merece. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós que agradecemos, Ivana. A Sra. Maria Helena Gomes está com a palavra.

SRA. MARIA HELENA GOMES: Bom dia, pessoal da mesa, comunidades presentes, acho que hoje é um dia, mais um passo; parabéns a todos que estão aqui com esse intuito de nos ajudar, é isso que a gente quer; que nessa data de hoje a gente tenha por escrito o que está acontecendo aqui, todas essas

palavras. Estamos em pleno final de ano, como disseram meus colegas, que é uma situação que ainda vai seguir por muito tempo; esperamos que não seja tanto tempo. Estou aqui, moro há 40 anos no Leopoldina, quero agradecer aos meus colegas também, que estão nesse nessa situação, no intuito de resolver. Passamos por muitas situações; hoje estamos, no momento, nosso posto de saúde, ele está condenado, tá; isso eu digo e repito, vi as pessoas que foram lá na época, porque tem uma escolinha do lado, não pudemos fazer parte nova, mais nada lá, senão vai afundar a escolinha. É bom que a comunidade saiba! Eu estava presente no momento, quando eles disseram isso. Então, assim, passamos por várias direções do Conceição, passamos por várias situações da Prefeitura. Estou desde 1987 na luta. Começamos com posto de saúde num JK, no Leopoldina, dos ocupantes – o Melo esteve presente, até nos ajudou, na época em que ele estava começando a ser vereador, nos, ajudou, dele mesmo, com um *freezer* para podermos ter condições de arrumar nossas pecinhas, a comunidade. Isso é bom que o pessoal saiba; lutamos para termos um posto um pouco maior, somos em 15 mil habitantes, tá; cada JK ou apartamento pequeno que tem, é como diz acreditar aquele ditado: “Com Rexona, sempre cabe mais.” Então, nós temos assim nessa situação no Leopoldina. E eu, como a gente conseguiu aquele terreno lá, na Escola Estadual de Ensino Fundamental David Canabarro – parabéns para o pessoal de lá também, que nos ajudou. Nós temos a nossas conselheiras, a Ana Justo, entre outros membros que estão aqui, para lembrar de todos os nomes, da ajuda que a gente teve, todos esses anos a gente está lá batalhando; então, a gente quer ver essa situação acontecer, e preocupa porque assim: dois meses, estamos no final de ano, vai parar um pouco; o ano que vem começa de novo a batalha, mas a nossa comunidade... Não vamos esmorecer sobre isso, nós somos incansáveis, nós vamos adiante, é o que a gente está fazendo até hoje. Eu me sinto muito nervosa, emocionada de estar presente aqui; obrigada para aquele pessoal que está nos apoiando, da Mesa, isso é importante falar, importante a nossa comunidade, há muitos anos a gente lota ônibus, vai em tudo quanto é lugar onde nos mandam. E a gente veio aqui de novo, e a gente vem mais vezes, a gente vai conseguir. É como disse o nosso

colega, que nós estamos precisando, sim, que o Conceição é uma escola, é uma escola de residentes, não tem sala para ninguém. Nós precisamos que tenha sala, que os nossos funcionários possam trabalhar direito. Então, eu quero ver também, como disse a Carmen, pelo menos dizer assim, olha, vai ser construído; estou aqui, documento, que é o contrato que foi feito do Hospital Conceição com a Prefeitura; aqui está o nome de várias pessoas aqui que vocês conhecem. Aqui, de novo, vou mostrar, está aqui a foto dos membros anteriores, importante mostrar. (Mostra fotografia.) Então, obrigada a todos. E o povo unido jamais seria vencido!

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito bem, Dona Maria, parabéns pela luta. A última inscrita, Rejane, por gentileza.

SRA. REJANE HAIDRICH: Bom dia. Muito obrigada por essa oportunidade. Bom dia à Mesa. Bom dia a todos os colegas, usuários, trabalhadores de todas as unidades que estão aqui envolvidas, no caso a do Jardim Itu e do Leopoldina, que é uma luta que faz muito tempo mesmo, como todos já falaram; mas eu fiquei com uma dúvida sobre o custo que foi apresentado de cada unidade, porque começa com... Eu fiquei prestando bastante atenção nas perguntas da Dra. Márcia, sobre esses valores que chegam a R\$ 12 milhões. Mas não se tem o custo de cada unidade, porque existia um projeto. Esse projeto foi orçado em quanto? Sendo que de quatro passou para doze. Qual o custo dessas unidades para a gente poder, como comunidade, saber o que vai entrar para o GHC para que seja feita... Ah, vão entrar 12 mil, mas esses 12 mil vão comportar as duas do Itu e do Leopoldina? Mas qual é o custo real de cada unidade? Para que a comunidade possa estar sabendo realmente o que vai ser gasto por esse valor, e a gente poder também estar acompanhando quanto vai entrar para o GHC para fazer essa obra, e o que ele também vai ter que aportar, porque, de algum lugar, vai ter que sair. O Município diz que vai comparecer, mas quanto que vai ficar no aporte do GHC? Porque ele não é um cofre, ele depende. Então, nesse “depende”, depende de dinheiro do Município, depende de dinheiro do Estado,

depende do dinheiro da União. Então, assim, de onde vai sair? A comunidade precisa saber. Essa é a minha dúvida. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, D. Rejane. Foi muito oportuna a sua pergunta. Vou passar para o secretário César responder, e já fazer um convite aqui também para todos os presentes.

SR. CÉSAR EMÍLIO SULZBACH: Bom, respondendo ao questionamento da senhora, os dois projetos apresentados pelo GHC totalizam R\$ 21 milhões. O projeto da Jardim Leopoldina, R\$ 12,7 milhões – estou falando em números redondos –; e o do Coinma, R\$ 8,4 milhões. Então, qual é a conversa intermediada pelos vereadores com a direção do GHC? O Município se dispõe a pagar a sua dívida lá que era de R\$ 8 milhões e hoje é de R\$ 12 milhões, a gente vai alcançar esses valores para o GHC, e a diferença para os R\$ 21 milhões o GHC viabilizaria através do Ministério da Saúde. Se, por acaso, houver algum revés por parte do Ministério, orçamento, alguma coisa, nós podemos readequar com o GHC o tamanho das unidades para os padrões do Ministério, mas o Município vai ter que, se for necessário, proceder a uma licitação dentro dos parâmetros dos R\$ 12 milhões; então, só para título de esclarecimento das questões que a senhora apontou. Fazendo uma referência à senhora que é do nosso conselho municipal, e por isso eu pedi, ao final, para o presidente fazer o convite a toda a comunidade. Amanhã, o Município, o prefeito e o secretário Ritter estão convidando a comunidade – já chegou o convite aos vereadores também –, nós vamos lançar o programa Agiliza Saúde. O que é o programa Agiliza Saúde? Para o programa Agiliza Saúde, nós conversamos, nos últimos 30 dias, com os prestadores de saúde de Porto Alegre, com os quais o Município tem relação, tem contrato, tem parceria, e, com todos esses, em um esforço, nós estamos aumentando o número de consultas, nós estamos aumentando o número de cirurgias, nós estamos aumentando o número de exames. Então, amanhã será lançado esse programa, que vai até dezembro, para nós podermos diminuir filas dos mais diversos setores da nossa saúde. Eu não vou adiantar

hoje quais são todas essas unidades, mas eu garanto que isso foi um esforço muito grande que nós fizemos, que nós estamos tentando observar a regionalização. É importante, porque nós vamos ter muitas consultas no Centro, nós vamos ter consultas na Zona Norte e também na Zona Sul. Então algumas cirurgias permanecerão na Zona Sul, porque a unidade de saúde disponibilizou um número maior de cirurgias, mas o GHC é parceiro; todos os parceiros do Município, de alguma forma, estão ofertando. Nós estamos aportando dinheiro em um esforço de orçamento. A Secretaria da Fazenda fez um esforço danado, junto com o Orçamento do Município, para a gente realocar valores e destinar esses valores para a saúde. Nós também estaremos comprando equipamentos para os nossos hospitais, para as nossas unidades; algumas questões para podermos dar esse melhor atendimento e proporcionar uma melhoria significativa na qualidade da saúde do porto-alegrense. Obrigado, presidente. Se possível, amanhã, aqueles que puderem comparecer, esse lançamento vai ser Hospital Vila Nova, porque é o parceiro que mais vai ofertar; mas, independente disso, nós vamos observar a regionalização, que é muito importante, é uma diretriz do nosso prefeito para a atual gestão da saúde, o Fernando e eu. Será às 9h. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, secretário.

SRA. GERUSA BITTENCOURT: Eu quero aproveitar para responder à pergunta sob o ponto de vista da dotação orçamentária por parte do Ministério da Saúde. Para quem não sabe, a dotação orçamentária do GHC funciona como se fosse um município, nós temos um PIB. Na verdade, a gente só perde para Porto Alegre, sob o ponto de vista do Estado. Então a nossa organização da dotação já está em discussão com o Ministério, porque, a partir da reunião que o Barichello teve com o prefeito, isso foi colocado em pauta para a gente poder ter esse aporte para receber o que o Município tinha se colocado à disposição. Em relação à complementação, isso também já foi acertado com o Ministério, dentro da nossa dotação orçamentária ainda para 2023, porque o orçamento, sob o

ponto de vista do ano, a gente tem que fechar essa dotação e ter a autorização do Ministério ainda para 2023 para poder receber esse orçamento. Então a nossa organização interna já começou lá desde a reunião que eles tiveram; inclusive, na reunião que a gente teve com a Vânia, e até tinham pessoas do Coinma que participaram, a gente já tinha sinalizado isso, que a nossa dotação já está sendo organizada para receber esse aporte que o Município vai colocar a mais de financiamento para o PIB, digamos assim, do GHC, tentando traduzir de uma forma mais tranquila de se entender. E bem importante o que o secretário colocou, R\$ 12 milhões e pouco e R\$ 7 milhões e pouco, R\$ 8 milhões, praticamente, só para vocês também verem a diferença. Isso se justifica até pelo tamanho das unidades de população que atendem, o perfil também que a gente já tem. A US Leopoldina é nossa segunda maior unidade, só perde para a US Conceição; e a US Coinma, sob o ponto de vista de equipes, é um pouco menor que a US Leopoldina, então por isso também tem essa diferença dentro da questão da obra que vai ser feita nessas duas unidades

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Gerusa. Eu queria fazer um convite aqui para todos os presentes. Sexta-feira, agora – foi deliberado na reunião passada –, esta Comissão estará fazendo uma visita, estaremos lá com a TVCâmara. Sexta-feira, às 14h, em frente à Unidade de Saúde Jardim Itu. Nós estaremos lá para ver a questão do arroio Mangueira. Todos estão convidados. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pois então, eu quero também fazer aqui alguns agradecimentos. Acho importante, na medida em que nós trouxemos a pauta para cá, a Comissão de Educação e Saúde deu guarida, e a gente foi pautando as cotas de cada vereador dentro das agendas que ora a comissão estabeleceu. E, em algumas das reuniões em que os senhores e as senhoras também estavam presentes, os senhores perceberam que o poder público municipal tinha uma opinião adversa eu diria, porque alguns defendiam que poderia vir para cá a autorização de entrar na peça orçamentária, e o Município

devolver esse recurso, aprovando na peça orçamentária. E outros defendiam, por ser uma dívida antiga de ISSQN, IPTU e tal, que a Fazenda pudesse refazer, porque esse dinheiro já está em caixa. Parece que está claro aqui, vocês perceberam que quem vai pagar agora é a Fazenda, não vai tirar nenhum recurso daquelas 10 unidades que já foram aprovadas com empréstimo do BIRD – isso nós aprovamos no ano passado –, são outras unidades, não tem nada a ver com essas unidades. Essas unidades passam então – vamos separar isso por que, naquela ocasião, o secretário era o Mauro Sparta. O Mauro Sparta dizia, Inês: “Não vai sair da saúde, tem que sair da Fazenda, porque a Fazenda que deve, não é a Secretaria de Saúde”. Em saindo da Secretaria de Saúde, iria sair dos 15 % que a Secretaria de Saúde tem que investir na saúde, isso é lei federal. O Município Porto Alegre tem que investir no mínimo 15 % da peça orçamentária, como o Estado, 12 %; como deve ser a União, 10 % do orçamento. Essa é uma prerrogativa da lei federal. Então, nesse sentido, me parece que esse impasse está resolvido, que eu creio ser um grande passo. O Município passa a corrigir o valor e se compromete, segundo o próprio César acabou dizer aqui, em 60 dias. Mas eu acho que sai antes, porque o acordo já está praticamente avançado entre o próprio prefeito, secretários da gestão municipal, que eu acho que é algo que avançou muito. E, por um outro lado, o GHC assume para si e diz: “Eu vou complementar e vão sair as unidades. Tanto é que a dívida é maior do com o Município, com o GHC, e nós queremos negociar os terrenos das outras unidades para podermos ser o dono delas e podermos implementar um outro projeto do GHC com governo federal para reforma das outras unidade”. Então nós estamos no caminho correto, pode demorar um pouco? Pode. O caso que o Alaor levanta aqui – porque essa área da associação tem uma dívida de lixo e tal – isso, com certeza, será resolvido. O Alaor já esteve falando comigo, já foi se reunir com o superintendente, o assunto está avançado, e eu tenho certeza absoluta que nós resolveremos isso. Se tiver que fazer reuniões separadas do Leopoldina – que já está com a questão do terreno resolvida – e a do Coinma, nós vamos organizar para poder acelerar a coisa o mais rápido possível.

Portanto, Presidente, agradeço. Acho que estamos no caminho certo. Agradeço a vinda de vocês aqui, e tenho certeza absoluta de que nós vamos agora dialogar muito mais, na medida em que o governo municipal paga a dívida com o GHC, operar reuniões plenárias lá no auditório do GHC, Gerusa, para que realmente a gente saia, neste ano, com o caminho da licitação e com os projetos em andamento. Muito obrigado, boa sorte.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. Eu quero agradecer ao secretário César, por estar aqui com a sua equipe, com a Josiane. Quero agradecer à Dra. Isadora, que está sempre conosco aqui, representando a PGM; ao doutor Marcelo, representando a Fazenda; à doutora Márcia, representando o Ministério Público Estadual, e a todos os presentes. Mais uma vez, parabéns pela luta de todos vocês e continuem na luta, eu tenho certeza de que todos vocês irão ver os postos funcionando. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h47min.)